



Nelson Jobim: votação tomará até 70 dias

Trabalho de Cabral deu em nada

Constituintes lembram que plenário pode votar emenda rejeitada

MARIA LIMA
Da Editoria de Política

Foram 14 dias de trabalho, às vezes entrando pela madrugada. Como das outras vezes, o trabalho de emendas apresentadas pelos constituintes à Comissão de Sistematização foi intenso e desgastante para o relator da Constituinte Bernardo Cabral, e os adjuntos José Fogaça (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC) e Adolpho de Oliveira (PL-RJ). Ao final de muita discussão sobre as matérias que poderiam ser acolhidas ou rejeitadas, a impressão de alguns parlamentares é de que todo este trabalho seria dispensável, uma vez que a rejeição de mais de 1.500 das 2.023 emendas apresentadas não significa que elas não possam ser votadas em plenário, através de pedidos de destaque.

Com esta mesma opinião, o líder do PCB, Roberto Freire,

explica, por exemplo, que esta etapa poderia ter sido queimada, já que pouco ou nada modificará a apreciação das emendas em plenário. A diferença desta fase e as anteriores é que as emendas aprovadas eram incorporadas ao texto dos substitutivos que o relator apresentava ao fim da análise das propostas apresentadas. Agora, ele se limitou a apresentar uma listagem com as emendas acabadas e rejeitadas, sendo que as coletivas e individuais acolhidas pela relatoria receberão o mesmo tratamento, com a diferença que as coletivas terão preferência automática para votação, não sendo fundidas ao texto antes da aprovação com 280 votos.

Mesmo com a disposição de acolher todas as propostas do Centrão que foram apresentadas com 280 assinaturas, o relator Bernardo Cabral deu o seu parecer pela rejeição das matérias consideradas mais polêmicas do projeto do grupo, principl-

almente às que se referem ao capítulo da Ordem Econômica. (ver o quadro).

Também o Centrão reagiu com desprezo ao parecer do relator da Constituinte, que abandonou todas as propostas do grupo: segundo o coordenador do grupo que elaborou as emendas, deputado José Lins (PFL-CE), a posição de Cabral, em termos de plenário, nem o menor significado. Mas tanto José Lins, como outros líderes do Centrão criticaram a superficialidade do trabalho do relator e o comportamento desleixado de Cabral em relação ao grupo e concluíram que o relator optou pelo confronto.

Na opinião de José Lins, o produto final apresentado por Cabral denota, logo de início, que ele não teve tempo para examinar o conteúdo das emendas, e foi muito drástico na discriminação das propostas do Centrão. Disse ainda o parlamentar que o comportamento

do relator parece indicar que ele se esforçou para estabelecer o confronto entre o Centrão e o grupo que o segue, minoritário na Constituinte.

Já esperávamos que nossas emendas não seriam acolhidas. Mas ele sequer se deu ao trabalho de ler as propostas. A não ser para marcar posição, o seu parecer não tem o menor significado, mesmo porque o projeto da Comissão de Sistematização desapareceu com a mudança no regimento interno.

Para o deputado Guilherme Afif (PL-SP), Cabral foi coerente de certa forma, colocando-se em posição de confronto com o Centrão. Mas lamenta que ele tenha adotado uma típica posição de "não li e não gostei". Pois, afirma Afif, se Cabral tivesse se dado ao trabalho de ler as emendas do Centrão chegaria à conclusão de que as propostas do grupo melhorariam, em muitos pontos, o projeto da Sistematização.



Bernardo Cabral

Deputado prevê com matemática rumos da Carta

CLAUDIA MOEMA
Da Editoria de Política

O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), valendo-se de sua formação em filosofia analítica e lógica matemática (possui mestrado nessas duas áreas), tenta aplicar a matemática na política, algo que, em princípio, parece totalmente incompatível. Mas é dessa forma que, através de verdadeiras fórmulas matemáticas, ele planeja a condução dos trabalhos durante as votações no plenário da Constituinte e prevê que a futura Carta Magna ficará pronta em abril.

Sempre raciocinando a partir de números, ele explica que cerca de 2 mil destaques deverão ser apresentados. Pela experiência vivida na Comissão de Sistematização, as votações giram em torno de 20 a 25 por cento do total desses destaques. Por isso, no plenário, haverá algo em torno de 700 votações. Essas votações irão consumir, aproximadamente, 60 a 70 dias. Logo, afirma o deputado, em abril estaremos terminando este assunto.

Para um mestre em cálculos, não é difícil chegar à conclusão de que as previsões do deputado Amaral Netto (PDS-RJ), apontando o final da Constituinte somente em dezembro, estão incorretas. Para justificar Jobim não recorre aos números, mas à própria lógica do processo parlamentar — "a hipótese das prejudicialidades". E porque vários destaques irão recair sobre um mesmo tema. Quando um destaque é colocado em votação e sendo aprovado, automaticamente, os demais destaques — referentes ao mesmo assunto — estarão prejudicados e nem mesmo serão apreciados pelos constituintes. Jobim afirma que o deputado Amaral Netto incluiu em seus cálculos a possibilidade de votação de todos os destaques, o que é impossível. No caso da estabilidade, por exemplo, há um número grande de emendas, mas a primeira aprovada automaticamente eliminará as restantes.

DIFICULDADES
Até mesmo o universo de discussões que irá se instalar durante as votações Jobim consegue prever, sempre justificando com base em números. Lembra que a Comissão de Sistematização aprovou 1.803 dispositivos (não artigos ou parágrafos). Desse total, o projeto do Centrão suprimiu 153, acrescentou 42, manteve 998 e alterou 662. Portanto, explica o deputado gaúcho, o universo das discussões e das dificuldades gira em torno de 660 a 700 dispositivos.

Prever todas as situações que podem acontecer durante uma votação é difícil até mesmo para astrólogo ou vidente, principalmente quando se trata do

parlamento brasileiro, onde tudo pode ocorrer, de socos e pontapés a gestos obscenos, como recentemente aconteceu. Mas o deputado Nelson Jobim preparou uma síntese de problemas, levantando até mesmo uma relação de possíveis questões de ordem. Guardadas em sua pasta, folhas e mais folhas, escritas a mão, contém fórmulas com todas as probabilidades numa negociação em torno dos mais variados assuntos, durante as votações no plenário. "Eu imagino o que pode acontecer numa negociação e estabeleço hipóteses, através de cálculos matemáticos, ordenando todo o fluxo de uma sessão", ensina o deputado ao justificar que um trabalho racional possui uma margem de erro muito menor.

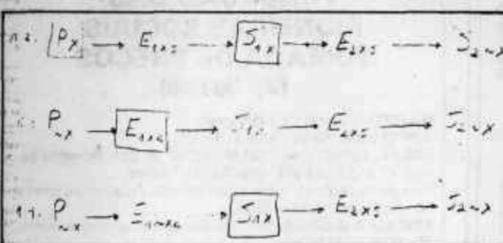
EMENDAS

Toda essa engenharia política o deputado utiliza no trabalho que está sendo realizado pela liderança do PMDB na Constituinte. A comparação entre todas as emendas apresentadas ao projeto de constituição e o texto da Sistematização fica pronto ainda hoje e, amanhã o grupo, coordenado por Jobim, irá decidir sobre quais emendas caberão destaque, por parte da liderança, para votação em separado. Cada pedido precisa ser assinado por 187 assinaturas, mas a liderança já possui 18 mil e 700 assinaturas de vários parlamentares.

"Uma coisa tem que ficar nítida: todo o desenvolvimento de trabalho de plenário depende dos destaques que forem feitos e, portanto, o universo dos destaques disciplina o universo do plenário", disse o deputado.

Sobre a inversão da pauta de votações, o deputado afirmou que "é algo que se fixa em torno das previsibilidades". Aqueles que estão prevendo que, eventualmente, poderiam ganhar, querem a inversão da pauta, acrescentou. O Governo, na sua opinião, a defender a inversão, enfrenta dois problemas. O primeiro é a possibilidade de se ter uma vitória imediata. E, depois, e o fato de que, dentro do corpo distorço que apóia o governo nessa situação, estão vinculados dois grupos: o ligado ideologicamente e o ligado fisiologicamente ao presidente José Sarney. Para Nelson Jobim, se o governo tentar manter essa fisiologia durante dois meses, pode lhe custar muito. Portanto, afirmou, é muito mais interessante o governo fazer logo a inversão.

O deputado gaúcho acredita que a votação imediata do mandato presidencial poderá perturbar o processo constituinte por uma razão: aquele que for derrotado neste momento vai apostar numa imposição do processo. "E não podemos arriscar o processo pela conjuntura".



Fórmulas demonstram opções de destaque

Três hipóteses em que se pode pedir destaque, de acordo com as fórmulas de Jobim. O quadro em torno da variável indica que para ela se pode pedir o destaque. Na primeira hipótese, um projeto com determinado dispositivo (o X) é objeto de uma emenda que suprime o dispositivo (E1x). Mas ela não é acolhida no primeiro substitutivo; ao invés de nova emenda supressiva, desaparece no segundo substitutivo. Na segunda hipótese, o dispositivo X não aparece no projeto, mas na primeira etapa de apresentação de emendas, existe uma proposta aditiva de X. A emenda é acolhida e introduzida no primeiro substitutivo do relator. Na fase poste-

rior outra emenda pretende suprimir o dispositivo, que acaba não sendo incluído no substitutivo 2. Na terceira situação, prevista por Jobim, o dispositivo não aparece, no projeto inicial e nem existe emenda aditiva de X. Mas o dispositivo é incluído no substitutivo um, pelo relator. Em seguida, é apresentada uma emenda supressiva de X que desaparece no substitutivo 2.

Nelson Jobim vem aplicando essa fórmula desde a fase anterior à Comissão de Sistematização para provar que um dispositivo qualquer pode ser objeto de destaque em qualquer etapa do processo constituinte.

O QUE DISSE O RELATOR

PROPOSTAS	SISTEMATIZAÇÃO	CENTRÃO	PARECER
Indenização por desapropriação de imóveis	A desapropriação se dará por utilidade pública ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização.	A desapropriação se dará por utilidade pública ou interesse social mediante justa e prévia indenização em dinheiro.	PELA REJEIÇÃO
Estabilidade	Garantia de emprego, protegido contra a demissão imotivada (que não se fundar em contrato a termo, falta grave, fato econômico, tecnológico ou infortúnio da empresa).	Estabilidade no emprego após 12 meses, mediante indenização (1 mês de salário por ano de serviço) nos casos de demissão imotivada, nos casos de força maior.	PELA REJEIÇÃO
Jornada de trabalho	Jornada máxima de 6 horas por dia para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.	Jornada especial definida em convenção ou acordo coletivo.	PELA APROVAÇÃO
Hora extra	Remuneração em dobro.	Remuneração de 50% ou conforme convenção ou acordo coletivo.	PELA APROVAÇÃO
Seguridade social	Universalidade e cobertura, uniformidade e equivalência de benefícios e serviços para os segurados urbanos e rurais, equidade na forma de participação do custeio, seletividade nas prestações e dos benefícios e serviços.	O Centrão estabelece em seu texto diferenciações entre os trabalhadores rurais e urbanos em relação a FGTS, saúde, assistência médica e Previdência.	PELA REJEIÇÃO
Pensão a idosos	A Sistematização prevê pensão mensal vitalícia a partir de 65 anos e aos portadores de deficiências físicas.	O Centrão propõe um benefício mensal, na forma da lei, a todos os idosos e deficientes físicos.	PELA APROVAÇÃO
Reforma Agrária	A desapropriação para fins de Reforma Agrária será paga em títulos da dívida agrária.	A propriedade desapropriada para fins de Reforma Agrária será paga com indenização pelo seu justo valor.	PELA APROVAÇÃO
	As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.	As benfeitorias, quaisquer que sejam, serão indenizadas em dinheiro.	PELA REJEIÇÃO
	As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.	As benfeitorias, quaisquer que sejam, serão indenizadas em dinheiro.	PELA REJEIÇÃO
	As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.	As benfeitorias, quaisquer que sejam, serão indenizadas em dinheiro.	PELA REJEIÇÃO
Imprescritibilidade	Imprescritibilidade no curso do trabalho e até dois anos de sua cessação.	Imprescritibilidade da ação trabalhista até dois anos a partir da violação dos direitos.	PELA APROVAÇÃO
Funções do Ministério Público	... apurar abusos e omissões de qualquer autoridade, promovendo as medidas necessárias à sua correção e punição dos responsáveis.	O Centrão suprime toda essa expressão, retirando do Ministério Público a função de apuração dos abusos e omissões de autoridades.	PELA REJEIÇÃO
Empresa Nacional	Define a empresa nacional como sendo a que está sob controle direto de pessoas físicas domiciliadas ou de entidades de direito público interno e define como sendo empresa brasileira de capital estrangeiro a que não preenche os requisitos do caput acima.	Define empresa brasileira de capital nacional como sendo a que está sob controle de pessoa física domiciliada no País ou entidades de direito público interno. Não define empresa estrangeira ou brasileira de capital estrangeiro.	PELA REJEIÇÃO
Lucro	A lei reprimirá o aumento arbitrário do lucro.	Este dispositivo foi suprimido pelo Centrão.	PELA REJEIÇÃO
Seguridade Social			
Atividade Garimpeira	O Estado organizará a atividade em cooperativas, dando prioridade de concessão aos garimpeiros ou autorização para lavra e pesquisa em áreas que já estejam atuando.	Para o Centrão a prioridade deverá satisfazer requisitos técnicos e econômicos, na forma da lei.	PELA REJEIÇÃO
Distribuição do Petróleo	A Sistematização inclui no monopólio da União a distribuição dos derivados de Petróleo.	A emenda do Centrão suprime este dispositivo.	PELA APROVAÇÃO
MANDATO PRESIDENCIAL	A Sistematização prevê 4 anos para o presidente José Sarney e 5 para os futuros presidentes que vierem a ser eleitos.	Emenda do deputado Matheus Iensen, do Centrão, fixa o mandato do presidente Sarney em 5 anos.	PELA APROVAÇÃO (*)
		Emenda do senador Mário Covas, líder do PMDB, fixa em 4 anos o mandato de todos os presidentes, no texto permanente da Constituição.	PELA APROVAÇÃO
Sistema de Governo	A Sistematização prevê a adoção do sistema Parlamentarista a partir de 15 de março deste ano.	Emenda coletiva apresentada pelo senador Humberto Lucena propõe a preservação do Presidencialismo.	PELA APROVAÇÃO (*)
		Emenda do deputado Egidio Ferreira Lima (coléti-va) garante a adoção do Parlamentarismo.	PELA APROVAÇÃO (*)

(*) Em relação à emenda Matheus Iensen, o relator Bernardo Cabral deu parecer favorável por causa do privilégio regimental das 280 assinaturas, mas recomenda aos constituintes a aprovação dos 4 anos para manter coerência com o texto final. No que diz respeito ao sistema de governo, o procedimento do relator foi idêntico, dando parecer favorável a emenda Lucena, pelas assinaturas, e

PCB diz ter 40 mil filiados

O Partido Comunista Brasileiro já duplicou o número de filiados, passando de 20 mil para 40 mil, e pretende alcançar os 300 mil militantes até novembro, com apenas um ano de intenso trabalho, segundo revelou, ontem, o líder da bancada do partido na Câmara e na Constituinte, deputado Roberto Freire.

O Comitê Central do PCB acaba de promover reunião em Aracaju, Sergipe, a primeira que realiza fora do eixo Rio-São Paulo, em toda a sua história. Segundo Freire, essa reunião tem o propósito de prestigiar o movimento de filiação no Nordeste, distribuindo-se os membros do Comitê Central pelas capitais nordestinas para dar força ao movimento de filiação.

Governador nega apelo de Sarney por Aníbal

O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, garantiu ontem que o presidente Sarney não lhe pediu que ajudasse o ex-ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, a vencer as eleições para a Prefeitura de Belo Horizonte. "O Presidente não me pediu, nem eu aceitaria isso, porque entendo que a orientação tem de ser dada pelos convencionais", disse Cardoso.

Ele lembrou que foi candidato a governador pela indicação da convenção do PMDB e não poderia ter outro comportamento a não ser este no caso de Aníbal Teixeira: levar seu nome à convenção do partido. Mas não soube fazer qualquer prognóstico quanto às chances do ex-ministro: "É muito prematuro

fazer, hoje, qualquer avaliação, até porque temos 16 candidatos ao cargo", limitou-se a dizer Newton Cardoso.

INVERSÃO DA PAUTA

Favorável à inversão da pauta dos trabalhos da Constituinte, para que a duração do mandato do presidente Sarney seja logo definida, da mesma forma que o sistema de Governo, disse que "o Brasil precisa disto e todos nós estamos ansiosos para conhecer o rosto da nova Carta constitucional". Segundo ele, se porventura houver a inversão da pauta através da qual será possível definir logo esses dois temas polêmicos "a Constituinte virá por osmose. Em poucos

dias teremos a nova Constituição".

Ao ser perguntado qual, na sua opinião, será a decisão dos constituintes em relação ao mandato de Sarney, respondeu seguro que, "pela manifestação dos deputados, teremos cinco anos para o presidente Sarney", mesmo período a ser aprovado para os demais presidentes da República. Quanto à reunião dos governadores, marcada para o próximo dia 29 em Belo Horizonte — em princípio para unificar a estratégia dos governadores em favor dos cinco anos —, Newton Cardoso disse: "A reunião está de pé. Vai comparecer até o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Vai todo mundo.

Deputado dá opção para estabilidade

As restrições surgidas no Centrão e na área empresarial ao uso da expressão estabelecida na emenda do grupo sobre a questão da garantia do emprego contra a demissão imotivada estão levando as lideranças centristas a discutirem a possibilidade de apoiar, em plenário, a emenda do deputado Ronaldo Cesar Coelho (PMDB/RJ), do centrinho. O conteúdo das emendas é basicamente o mesmo, mas o texto de Ronaldo Cesar Coelho explicita melhor a garantia da relação de emprego mediante indenização compensatória nos casos de demissão sem justa causa.

Segundo Ronaldo Cesar Coelho, o objetivo da sua proposta é assegurar ao trabalhador um ganho imediato no texto constitucional, no lugar de transferir a matéria para a legislação ordinária como quer a liderança do PMDB. O deputado conversou ontem com um dos vice-líderes do seu partido, deputado Nelson Jobim — especialista em direito constitucional — que lhe garantiu apoio nas negociações que ele inicia segunda-feira junto ao líder do centrão, deputado Afif Domingos. Até o momento, Covas insiste na fórmula adotada pelo primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral que diz, apenas: "garantia da relação de emprego garantida contra a demissão imotivada, nos termos da lei".

A proposta da Sistematização, apesar de não incluir no texto o termo estabilidade, prevê uma série de situações em que o empregado não pode ser demitido de forma a materializar a estabilidade rejeitada não só pelos setores empresariais, como por alguns segmentos da classe trabalhadora.

A proposta de Ronaldo Cesar Coelho conta com a simpatia, a princípio, do deputado Afif Domingos, que negociou a matéria pelo Centrão.

Ronaldo está otimista. Segunda-feira ele estará cedo em Brasília para negociar a sua proposta com Covas.

Santillo: indignação é pequena

Colônia — O governador de Goiás, Henrique Santillo disse ontem, considerar "muito pequena" a indignação do povo diante das distorções e injustiças praticadas no País. A afirmação foi feita durante a solenidade de assinatura do protocolo de intenções entre o Ministério da Agricultura e o governo de Goiás, para execução de projetos de eletrificação rural.

Segundo Santillo, "este é um País injusto, um País de muitas injustiças. O Brasil está entre os primeiros em relação a distorções na distribuição de rendas e da riqueza. As distorções sociais de nosso País são uma das maiores do planeta". Para o governador, a indignação popular deveria ser muito maior, mas tendência é aumentar, pois, "na medida em que se atela a consciência de cidadania, as pessoas vão se indignando cada vez mais. E neste nosso País a indignação já começa a adquirir proporções extremamente elevadas, e com razão, por motivos justos".

A ação de um governo democrático, na opinião de Santillo, tem que ser no sentido de se privilegiar o pequeno, o humilde, na aplicação dos recursos públicos, planejamento, no programas de governo e nas metas a serem cumpridas. Para ele, é através da ação de governo, planejada e descentralizada, estimulando a participação, que será possível "o despertar da consciência de comunidade e de cidadania".